

APRESENTAÇÃO

Ernesto Seidl*

Um balanço recente da produção brasileira em torno da temática das elites não deixaria de perceber uma renovação relativamente intensa de interesse pelo tema entre pesquisadores de distintas áreas: publicação de coletâneas de investigações, organização de dossiê temático em revistas científicas, retorno de um Grupo de Trabalho sobre elites políticas no quadro do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), grupos de trabalho, mesas-redondas e sessões em eventos acadêmicos pelo país, formação de linhas e equipes de pesquisa e produção de dissertações e teses dedicadas ao tema¹. Este dossiê *Sociologia do Poder e das Elites de TOMO* propõe-se a fazer coro a um movimento que, cremos, não apenas tende a recolocar os estudos de elites e grupos dirigentes na agenda das Ciências Sociais brasileiras, mas pretende fazê-lo em novas bases.

Como sabido, o influxo experimentado nas últimas décadas pelos estudos de elites nos principais polos acadêmicos internacionais está estreitamente associado ao impacto surtido pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e do de pesquisadores em alguma medida inspirados em suas pesquisas. Dentre os principais efeitos causados por essas investigações, já de início destacam-se deslocamentos profundos nas condições de construção das “elites” ou “grupos dirigentes” como objeto de estudo. Em primeiro lugar, o plano fundamental da discussão passa a ser o das estruturas de dominação e de poder em disputa em cada sociedade e em diferentes épocas. Isto é, entra em conta, e de modo central, a apreensão dos princípios de

* Professor do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos do Poder e da Política, LEPP. eseidl@terra.com.br

¹ Entre outros exemplos, citamos a edição do “Dossiê Elites Políticas” da *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, 2008; a realização, desde 2007, do *GT Elites e Instituições Políticas* na Reunião Anual da ANPOCS; e a publicação das coletâneas organizadas por Heinz, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; e por Coradini, O. L. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: EDUFGRS, 2008.

hierarquização e de legitimação, bem como das lógicas de ação, que estruturam e dão sentido às diferentes esferas do mundo social. Ao mesmo tempo, tal procedimento também vem a modificar velhos questionamentos (sobretudo dos politólogos) quanto a “qual grupo” ou a “quem estudar” quando se trata “das elites” (os governantes, os ricos?).

A partir do pressuposto apresentado mais acima, este tipo de preocupação perde sentido ao se assumir que o espaço social encerra uma multiplicidade de dimensões ou esferas - cada uma delas construída e orientada por princípios e lógicas específicas -, mais ou menos independentes umas das outras. Tomado por este ângulo, o que se teria são diversos grupos de agentes sociais a ocupar posições dominantes em uma ou mais esferas específicas². Aliás, a substituição do termo genérico “elites” por expressões adjetivadas como “elites políticas”, “elites burocráticas”, “elites culturais”, “elites jurídicas”, “elites econômicas”, “elites eclesásticas”, e assim por diante, aponta precisamente nesta direção. A fim de evitar confusões com o uso do termo “elite”, socialmente impregnado de conotações (em parte, informadas pelas Ciências Sociais), alguns autores preferem utilizar a expressão grupos dirigentes.

Sem entrar em maiores detalhes na série de repercussões teórico-metodológicas trazidas no bojo desta renovação em torno da temática das elites – tarefa que em parte está embutida na proposta deste dossiê -, parece-nos pertinente pelo menos mencionar algumas das questões em voga nas pesquisas atuais.

Em primeiro lugar, cabe destacar o desenvolvimento de trabalhos que se esforçam em conjugar abordagens mais objetivistas (mecanismos de recrutamento e seleção de grupos dirigentes, transformações morfológicas dos espaços sociais, reconversões sociais) e procedimentos de caráter interacionista e etnográfico (lógicas de engajamento social e de justificação, estratégias de consagração social, estilos de vida).

Dentro desse universo de investigações, um dos principais desdobramentos temáticos inclui estudos sobre os critérios de recrutamento e

² Uma discussão mais completa nessa direção pode ser encontrada em Coradini (2008).

seleção de grupos dirigentes, o que contempla o exame das origens sociais, geográficas e dos recursos culturais e escolares dos agentes, mas não se resume a isso. Tais origens e conjunto de recursos são analisados dentro de um esquema conceitual mais amplo e que tenta dar conta das estratégias de reprodução social (escolar, matrimonial, biológica, profissional, patrimonial etc.) e das estratégias de carreira acionadas ao longo de itinerários sociais e profissionais consagrados em esferas variadas.

Com efeito, uma das problemáticas que tem recebido atenção especial é a das relações entre a esfera escolar e a formação das elites. Temas como socialização familiar e processos de escolarização, instituições e modos de aprendizagem, circulação internacional e recomposição das elites tem modelado, assim, a agenda de muitos pesquisadores no Brasil e no exterior, com proveitosas comparações. Embora seja uma estratégia crescentemente valorizada nos esquemas de legitimação de grupos dirigentes, os investimentos na aquisição de recursos escolares não são tomados apenas como indicações de uma imposição do princípio meritocrático de hierarquização social no Brasil, ainda que isso seja válido em algumas esferas, como certas carreiras de Estado. Entram também em conta as combinações dos usos de recursos escolares e culturais, como diplomas superiores e experiências de circulação internacional, com outros condicionantes sociais, em especial, redes de relações pessoais e recursos oriundos de espaços sociais variados (grupo familiar, pertencimento étnico e religioso, amizades, militâncias, profissões) e investimentos na esfera da política.

A tentativa de combinação de exame dos condicionantes históricos e institucionais com a apreensão de uma multiplicidade de engrenagens de formação de grupos dirigentes tem aberto espaço, por sua vez, a alguns níveis de análise em especial: história social das instituições e profissões, *background* social e cultural dos agentes, trajetória do grupo familiar e estratégias de reprodução, lógicas individuais de engajamento e de vivência da adesão ou da vocação, mecanismos de recrutamento e seleção, itinerários escolares e carreira profissional, estratégias de consagração social, estilos de vida e de atuação profissional.

Por sua vez, a adoção de tais procedimentos tem como contrapartida a utilização de recursos metodológicos e a mobilização de fontes de cará-

ter muito diverso. De um lado, construção de prosopografias/biografias coletivas, realização de entrevistas em profundidade, aplicação de questionários, observações e interações diretas. De outro lado, mobilização de fontes documentais, material institucional, dicionários biográficos, anuários, enciclopédias, memórias, biografias e autobiografias, álbuns comemorativos, material de imprensa (jornais, televisão, rádio e internet), fotografias etc.

Dentro de suas limitações óbvias, o presente dossiê procurou contemplar artigos de pesquisadores em alguma medida sintonizados com as perspectivas sumariamente comentadas acima. Inclusive, o número é aberto por trabalhos de dois autores franceses cujas pesquisas sobre grupos dirigentes na Europa tiveram impacto decisivo na formação de cientistas sociais e de historiadores brasileiros nas últimas duas décadas.

Ao se voltar para as bases de sua obra *Les élites de la République* mais de 20 anos após a primeira publicação, o historiador Christophe Charle de um só golpe esmiúça as opções metodológicas por ele operadas à época e revisita a temática das elites (intelectuais, burocráticas, políticas) francesas desde o final do século XIX. Ao fazê-lo, dialoga com quantidade grande de obras e argumentos para demonstrar as nuances complexas implicadas no modo de reprodução de diversos grupos dirigentes: convivência entre princípios de legitimação social aristocráticos e meritocráticos, renovação ou abertura relativa de determinadas elites a novas camadas sociais, multiplicidade de estratégias de consagração social, não-linearidade das mudanças em direção a uma (muitas vezes acreditada) “democratização do poder na França”. Como lição de seu próprio percurso, aposta na aplicação do método histórico ao contemporâneo e da prática do descentramento comparativo.

Monique de Saint Martin, por seu turno, apresenta balanço fecundo tanto dos esquemas analíticos quanto de parte dos resultados de estudos acerca das elites administrativas, econômicas e dirigentes na França. Em boa medida, dá continuidade à discussão aberta pelo artigo precedente. Por um lado, oferece um panorama variado e renovado das discussões das Ciências Sociais em torno dos grupos dirigentes, destacando os es-

tudos que enfatizam as transformações em curso (em especial no sistema escolar e no recrutamento de elites burocráticas), as recomposições, reconversões e a internacionalização crescente das elites. Por outro lado, também indica as tensões entre diferentes princípios e estratégias de legitimação (muitas vezes combinados) das frações dominantes, com a progressiva imposição de recursos centrados numa competência dita técnica, e uma crescente competição entre as elites.

Com foco específico na problemática da formação e das modalidades de ação de elites políticas no Brasil, o texto de O. L. Coradini explora as engrenagens acionadas na composição das “frentes parlamentares”. Contrapondo-se ao consagrado modelo “pluralista” de interpretação, o estudo lança luz sobre as relações entre determinadas formas de engajamento e processos de politização. Entre outros aspectos, demonstra como as frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou de “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses de forças sociais e políticas.

Também situado no exame de elites políticas, o trabalho de Eduardo Bottinelli concentra-se nos mecanismos de recrutamento e de seleção dos parlamentares uruguaios eleitos em 2005. São analisadas trajetórias de parlamentares oriundos de setores subalternos segundo raça, gênero, idade, origem social e escolarização. Com base na análise dessas propriedades, o autor identifica chances muito desiguais de profissionalização política no Uruguai.

Ainda no âmbito das discussões sobre política e grupos dirigentes, Igor G. Grill e Eliana T. dos Reis investem no estudo dos múltiplos vínculos e inserções sociais em ação nos processos de formação de especialistas na arena política nos estados do Rio Grande do Sul e Maranhão. A atenção dada às estratégias de apropriação, formulação, disputa e afirmação de concepções de política e de cultura em cada um dos contextos estaduais traz à tona o vigor complexo dos jogos de redefinição das formas de intervenção legítima no espaço do poder. Em particular, ressaltam-se os efeitos do aumento da concorrência política nas últimas décadas - via entrada de novos agentes no espaço político - na diversificação do trabalho de legitimação e o recurso, sob registros variados, à “cultura” como elemento de consagração na esfera da política profissional.

Girando o foco das discussões sobre a constituição de grupos dirigentes para as conexões entre carreiras profissionais e política, Fernanda R. Petrarca evidencia o quanto as condições de consagração na esfera jornalística, no Brasil, dependem do uso de vínculos cultivados e acionados pelos agentes na esfera da política. Ao tornar claro que as concepções de jornalismo, de excelência profissional e o sentido atribuído à atividade são inerentes a esses processos de reconversão, a análise demonstra o peso da lógica política sobre as dinâmicas profissionais, e isso não apenas nas definições dos mecanismos dos papéis dos profissionais, mas inclusive na oferta de postos e serviços.

Essa mesma linha de discussão também aparece no trabalho de Wilson J. F. de Oliveira ao serem examinadas as condições de emergência e as dinâmicas próprias do militância na defesa de causas ambientais no sul do país. Novamente, destaca-se a centralidade da múltipla posição social como critério de acesso aos postos dirigentes no caso das elites políticas brasileiras. No universo analisado, fica evidente que o engajamento e a militância na defesa de causas ambientais funcionam como espaços de ampliação das esferas de atuação dos ativistas, ao dar acesso a recursos e vínculos que são largamente utilizados para o ingresso e a ocupação de posições dirigentes em esferas de atividade diversificadas, como as burocracias públicas, ONGs e postos políticos.

O peso e o efeito da circulação internacional de acadêmicos sobre a esfera do ensino superior e a formação de dirigentes no Brasil é o objeto central do artigo de Fabiano Engelmann. Ao discutir o impacto da internacionalização de *expertises* de gestão empresarial e do Estado e dos usos das Ciências Sociais aplicadas, a investigação aponta, de um lado, as desigualdades dos investimentos realizados por professores de Administração em estudos no exterior segundo as regiões do país; de outro lado, os principais centros de atração de estudantes e a diversificação de temáticas e de modelos procurados por aqueles agentes, indicando pistas sobre o estado recente dos movimentos de importação e exportação de modelos institucionais.